

A NOÇÃO DE CONTEXTO SOB PERSPECTIVA DO IMPLÍCITO E DA INFERÊNCIA

THE NOTION OF CONTEXT FROM A PERSPECTIVE OF THE IMPLICIT AND OF THE INFERENCE

Aline Cacilda Koteski Emilio¹

¹ Autor para contato: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Departamento de Letras Vernáculas, Campus Central, Ponta Grossa, PR, Brasil; (42) 3025-2811; e-mail: alinemilio@uol.com.br

Recebido para publicação em 30/08/05

Aceito para publicação em 08/11/05

RESUMO

A proposta nesse texto é pesquisar a noção de contexto, sob a perspectiva de realização do implícito e da inferência. Com esse objetivo, selecionamos duas abordagens: a primeira sobre o contexto pragmático e, a segunda, sobre contexto e pressuposição. Para tratar de contexto pragmático, observamos Quasthoff (1998) que, além de uma visão geral de como o contexto tem sido tratado no curso da lingüística, traz sua posição sobre o assunto, e Parret (1986) apresentando uma visão estritamente pragmática do contexto. Para a segunda abordagem, acrescentamos Stalnaker (1974) desenvolvendo argumentos para tratamento da pressuposição no contexto pragmático. Finalizamos com análise das abordagens, verificação dos pontos comuns entre os três autores e uma noção de contexto, na perspectiva acima.

Palavras-chave: implícito, inferência, contexto

ABSTRACT

The purpose of this study was to undertake research on the notion of context from a perspective of the accomplishment of the implicit and of the inference. With this aim in mind, two approaches were selected: the first one focusing on the pragmatic context and the second one on context and presupposition. In order to deal with the pragmatic context, we based our study on Quasthoff (1998), who, besides the general concept on how context has been dealt with in linguistics courses, states his position on the subject, and Parret (1986), who presents a strictly pragmatic point of view of the context. For the second approach, Stalnaker (1974) was added, developing arguments for the treatment of presupposition in the pragmatic context.

We concluded this study with the analysis of the approaches, a survey of the common propositions among the three authors and a notion of context, from the perspective mentioned above.

Key words: implicit, inference, context

Introdução

A questão do contexto tem sido interesse de muitos estudiosos. Kleiber (1998, p.65), por exemplo, registra uma citação de Latraverse que diz: “A noção de contexto é de uma maleabilidade e de uma receptividade tão generosa, que é difícil considerar que ela tem fronteiras estabelecidas suficientemente para que possa exercer um papel teórico não equívoco”. Para Kleiber, a razão dessa situação está no fato de que antes mesmo de se refletir sobre a noção de contexto, há uma preferência para servir-se dela.

Apesar disso, há autores preocupados em melhor entender a noção de contexto, quando se trata de analisá-lo sob a perspectiva de realização do implícito e da inferência. Assim, selecionamos duas abordagens: a primeira sobre o contexto pragmático e a segunda sobre contexto e pressuposição.

Para tratar de contexto pragmático, observamos Quasthoff (1998) que, além de uma visão geral de como o contexto tem sido tratado no curso da lingüística, traz sua posição sobre o assunto, e Parret (1986), apresentando uma visão estritamente pragmática de contexto. Para a segunda abordagem, acrescentamos Stalnaker (1974) desenvolvendo argumentos para tratamento da pressuposição no contexto pragmático.

1. Lingüística e contexto

Quasthoff (1998) é mais um autor que acredita ser o contexto um daqueles termos lingüísticos constantemente usados em todos os tipos de situação, porém nunca definido. No seu entender, o contexto refere-se aos elementos relevantes de proximidade lingüística ou não-lingüística em relação a uma expressão (palavra, proposição ou unidade global do discurso) sob consideração. Acrescenta que o conceito varia com

cada aproximação lingüística particular, com o sistema terminológico, ou com a unidade analítica. O conceito depende, também, do momento, que tem variado no curso do desenvolvimento da lingüística.

Tanto é, diz Quasthoff, que o papel central do contexto na teoria lingüística pode ser deduzido do fato de que poderíamos sistematizar a história da lingüística pela descrição do papel do contexto em sucessivos sistemas teóricos, provindos da substituição de um paradigma por outro mas, principalmente, das evoluções em uma mesma abordagem. Nos anos 40 e 50, o *contexto de situação* foi uma linha dominante. Dos anos 60 em diante, as mudanças globais reduziram o tratamento de contexto para modelos que prestam maior atenção às condições de uso lingüístico.

Registra também, o autor, que o modelo gramatical *gerativo transformacional* (Chomsky, 1965) foi desafiado pela semântica gerativa, que se identificou mais com questões contextuais (Lakoff, 1980). A teoria de *Atos de Fala* (Searle, 1969) tornou-se um modelo alternativo em que o falar é um ato que permanece subordinado às condições contextuais. Nos termos de *contexto social*, os sociolingüistas definiram as variações sociais e situacionais. A *semântica formal* transformou-se em *semântica intensional*, na qual representações formais e elocuições dependem de uma série de fatores como: tempo, lugar, locutor, etc. (Lewis, 1972). E, finalmente, a *análise de discurso* conceituou a estrutura geral como seqüência de unidades, estabelecendo local e globalmente, adiantada e retrogradamente a importância do contexto.

Nesse movimento que vai de uma posição periférica para uma mais central na teoria lingüística, o contexto deixou de ser um conceito estático. Hoje, ele é visto e construído na produção e na compreensão de um texto, mudando com cada nova elocução e sendo estruturado nesse próprio contexto.

Ao falar do contexto e sua relação com as diferentes unidades de análise lingüística, Quasthoff (op.

cit.) destaca duas abordagens: semântica e pragmática. Na primeira, são descritos estruturalmente elementos de proposições que lidam com o fenômeno contextual, usam modelos descritivos que contam com informação contextual, ou combinam esses dois aspectos. Uma das mais importantes conseqüências no fenômeno contextual é o estudo da referência. As condições semânticas a respeito de descrições definidas e não-definidas contam com relações anafóricas e, também, com o conhecimento de mundo. O autor destaca que vários tipos de inferências semânticas, pressuposições e vínculos pertencem à representação lógica de uma proposição. No entanto, em vista da “cadeia” textual, elas pertencem à informação contextual, ao conhecimento associado com a expressão proposicional.

No caso da análise semântica, o contexto pode ser operacionalizado nos termos referenciais dos elementos relevantes em uma elocução, e também denotar sistemas de conhecimento e crenças, conhecimento de algo que está logicamente subentendido na proposição, porém não explícito; ou o conhecimento de mundo que é usado como expectativa para o processamento lingüístico.

Quanto à análise pragmática, Quasthoff (op.cit.) acredita que ela possui relações próximas com o objeto da semântica, mas inclui toda teoria com referência explícita aos elementos situacionais. Conclui-se, então, que os índices contextuais de (Lewis, 1972) como: tempo, lugar, locutor, ouvinte adiciona elementos pragmáticos à semântica.

Uma variante da análise pragmática é a *Teoria dos Atos de Fala* que especifica o ato de falar como objeto de descrição lingüística, ao invés de especificá-lo como sistema estrutural. Se o falar é uma especial e altamente convencionalizada forma de agir, então a teoria lingüística vem a ser uma variante da *teoria da ação*. Conseqüentemente, o contexto aparece determinando as condições oportunas para as ações como pré-requisitos situacionais, permitindo que o ato da fala seja executado com alguma efetividade. Do ponto de vista da *Teoria dos Atos de Fala*, o contexto evidencia as condições situacionais para o desempenho e para a interpretação dos atos verbais. O resultado que não pode ser alcançado, nessa estrutura, é o impacto das relações contextuais formadas pelas seqüências de atos em estruturas globais do discurso.

Esse aspecto é tratado pela análise do discurso que, para Quasthoff, significa seqüencialidade no discurso. A idéia é baseada no modelo seqüencial, pelo qual se realiza a análise de “empregos”, “planos” e “formas” na construção do processo interativo, que é constituído pela performance conjunta de cada unidade de discurso na conversa coloquial de todos os dias. É um modelo que oferece um formato não-ambíguo das forças implicacionais de movimentos locais e, juntamente, um conceito estrutural que representa o conjunto interativo das realizações da unidade nela mesma.

Assim, o contexto no estudo de Quasthoff, em uma perspectiva analítica, significa um conjunto das relevâncias condicionais que operam local e globalmente na “orientação retrógrada” e na “orientação avançada”, no sentido em que cada forma de elocução flui dinamicamente e sua expressão contém valores estruturais e funcionais.

1.1 Visão pragmática de contexto

Parret (1986) classifica os contextos conforme as mais representativas tendências em pragmática: pragmática do texto (contexto é o cotexto), pragmática lógica (contexto existencial), pragmática orientada sociologicamente (contexto situacional), teoria dos atos de fala (contexto atuacional ou intencional) e pragmática psicologicamente orientada (contexto psicológico).

Segundo o autor, a distinção entre esses contextos e sua taxionomia nem sempre é completa. Mas considera que, ainda como noção genérica, o termo pragmática pode ser usado adequadamente porque indica uma perspectiva específica e uma reconhecível atitude sobre a linguagem e outros sistemas de signos. Assim, passa a desenvolver três características representativas da atitude pragmática.

A primeira característica é o *significado discursivo limitado de contexto*. Na sua opinião, várias teorias representativas tentam salvaguardar a noção de “literal” ou o significado livre de contexto, necessário quando se quer proteger a autonomia e a independência da semântica.

No entanto, considera que a importância de se defender o contextualismo não implica tornar a pragmática vaga e assistemática. Tipos de contextos seriam diferenciados, e seria investigada especialmente sua

relevância gramatical. A gramática que interessa ao pragmático, diz ele, está mais para Wittgenstein do que para Chomsky, porque aquele desenvolveu uma noção de “gramática profunda” a qual é, de fato, a gramática do uso em sua diversidade e infinidade, e não como as gramáticas lingüísticas reducionistas quanto à riqueza do discurso, como forma de vida.

No que se refere aos contextos relevantes, a tipologia deveria ser paralela à tipologia de estratégias de produção e entendimento de seqüências discursivas. Assim, estratégia é a noção central da pragmática - uma pragmática de “gramática profunda” não é lingüística, porque estratégias, antes que regras, são pertinentes à pragmática, na sua opinião.

A segunda característica consiste na *racionalidade do discurso*. As estratégias consideradas nessa característica são regularidades externalizadas por competência comunicativa, fluxos da razão baseados no processo de raciocínio. Assim, o discurso para a pragmática é a totalidade das regularidades expressando raciocínio teórico e prático. E as estratégias de entendimento são inferências realizadas a partir dos significados de uso da linguagem natural. Assim, atividade inferencial é um procedimento que vai do nível do objeto para o nível parafrástico do discurso.

Conforme Parret, a inferência realiza-se de duas formas na linguagem natural: descritivamente e prescritivamente. A racionalidade do discurso desenvolve preferencialmente cadeias de inferências prescritivas “Se você aceita *s*, então você aceita *S*” ou “se você aceita *s*, então você deveria aceitar *S*”. A propriedade de aceitabilidade de uma inferência repousa sobre a evidência. A atividade inferencial é raciocínio, para usar e reconhecer razões, mas as razões, aqui, diz Parret, não são descritivas - “naturais” (a razão porque *A* gera *B*), mas prescritivas “não-naturais”. As razões para aqueles que vêm a razão no e pelo discurso, são razões prescritivas “não-naturais”. Ele menciona que a evidência comanda toda a inferência possível, e uma vez que a inferência é feita por raciocínio “não-natural”, repousa sobre um esquema de três termos: a estrutura de um raciocínio/discurso racional, a estrutura do objeto de raciocínio, e a estrutura interna do raciocinador.

A terceira característica abrange estratégias de entendimento. Essa característica vê a produção do discurso como procedimento de entendimento. Isso por-

que “estratégias pragmáticas são, de fato, estratégias de entendimento” (p. 756). Ela é embasada no fato de que alguém raciocina e alguém entende, dentro da generalidade dos propósitos comuns para falante e entendedor.

Assim, Parret sugere que “o entendimento jamais deveria ser considerado como um estado mental ou uma experiência específica mas, antes, como uma faculdade, uma capacidade que faz o entendedor ser capaz de realizar coisas específicas” (p. 756). É uma habilidade extrínseca não uma operação puramente psicológica, mas uma operação no mundo.

1.2 Visão pragmática da pressuposição

Stalnaker (1974) trata, mais especificamente, da relação entre *contexto e pressuposição*. Nosso interesse reside no fato de o autor ver possibilidade de um tratamento melhor para a pressuposição na pragmática e, também, pelo fato de considerar as pressuposições como definidoras de um contexto lingüístico.

Para Stalnaker, o principal critério utilizado para identificar a pressuposição pode ser estabelecido da seguinte maneira: **Q** é pressuposto por uma afirmação **P** – em condição normal, pode-se inferir que o falante acredita em **Q** a partir da afirmação ou negação de **P**. Quem nega, faz a mesma pressuposição de quem afirma. Por exemplo:

- A violência no Brasil tem características de guerra civil.
- (Pressuposto: no Brasil existe violência).
- A Violência no Brasil não tem características de guerra civil.
- (A pressuposição é a mesma, de que no Brasil existe violência).

Duas são as respostas para esse funcionamento.

Na primeira, a pressuposição é uma relação de propriedade semântica entre proposições. A distinção entre pressuposição e afirmação seria em termos de conteúdo ou condições de verdade da sentença pronunciada, o que daria a seguinte definição: **P** pressupõe **Q** se – e somente se – **Q** for verdadeiro, para que **P** possa ter um valor de verdade.

Na segunda, o autor assume que à pressuposi-

ção deveria ser dada análise pragmática; para ele, a distinção entre pressuposição e afirmação deveria ser dada não em termos de **conteúdo** das proposições, mas em termos da **situação** na qual se fez a declaração - atitudes e intenções do falante e de sua audiência. Nessa abordagem, a pressuposição significa as crenças do falante - proposições que ele admite, ou parece admitir, para poder realizar afirmações.

A abordagem pragmática, sem dúvida, pode dar explicações intuitivamente naturais de fatos que parecem enigmáticos quando a pressuposição é vista como relação semântica; a pragmática torna possíveis explicações de alguns fatos particulares sobre pressuposição em termos de máximas gerais de comunicação racional, ao invés de utilizar hipóteses complicadas *ad hoc* sobre problemas de semântica e tipos particulares de construções.

A intenção, ao fazermos uma afirmação, é distinguir entre as possíveis situações, quais as compatíveis com todas as crenças ou hipóteses que assumo que nós (interlocutores) partilhamos. Pensar desse modo implica assumir proposições verdadeiras como aquelas provindas de verdade que se tem como pressuposta, como neste exemplo: Em dado contexto, ambos sabemos que meu professor é adulto/homem, e digo: “*Meu professor é casado*”, o que expressa a crença de que ele é homem e adulto. Posso dizer: “*Meu professor não é solteiro*”, e comunico a mesma informação, embora as nuances não tenham sido as mesmas.

Assim, a noção de crença no conhecimento comum é a primeira aproximação para a noção de pressuposição pragmática utilizada por Stalnaker, e uma proposição **P** será uma pressuposição pragmática de um falante em dado contexto, somente no caso de o falante assumir ou acreditar em **P**, assumir ou acreditar que seu ouvinte assume **P**, e acreditar que seu ouvinte reconhece que ele faz essas hipóteses ou tem essas crenças.

Afinal, Stalnaker lembra que são as pessoas que realizam pressuposições, antes de estas serem sentenças, proposições, ou atos de fala. A afirmação se opõe a uma visão puramente técnica do termo, quer seja, olhar a pressuposição somente como aspecto lingüístico semântico e/ou pragmático. Pressuposição, continua o autor, não é uma atitude mental como acreditar, mas

uma disposição lingüística - disposição de alguém que conduz o uso de uma linguagem considerando certas crenças, ou certas hipóteses. A presumida informação de base - o conjunto de pressuposições as quais, em parte, definem um contexto lingüístico - impõe naturalmente restrições sobre o que pode racionalmente ou apropriadamente ser dito, em determinado contexto.

A sugestão é de que os fatos sobre pressuposições podem ser separados de um tipo particular de semântica, a separação da pressuposição da abordagem de conteúdo do que é dito permitirá uma análise melhor do fenômeno da pressuposição do que aqueles forçados no molde semântico.

2. Das abordagens sobre contexto

Durante a exposição sobre contexto pragmático e contexto e pressuposição, percebemos diferenças no enfoque dos três autores. Para Quasthoff (op. cit.), contexto significa um conjunto de relevâncias condicionais que operam local e globalmente na orientação retrógrada e na orientação avançada do fluxo dinâmico do discurso, no sentido de que cada forma de elocução flui dinamicamente e sua expressão contém valores estruturais e funcionais; cada unidade do discurso define as condições contextuais dadas pelas elocuições precedentes, na forma de orientação anterior, e as supre com questões contextuais quando necessário avançar. O estabelecimento de um contexto acontece, quando os participantes de uma interação chegam a uma conclusão comum a ambos.

Parret (op. cit.), porém, considera o contexto na perspectiva de estratégia de produção e entendimento de seqüências discursivas. Esse é o motivo por que, na sua opinião, quando alguém entende uma seqüência discursiva, infere uma significação correlata de três tipos de contexto: a) do operador universal de racionalidade - é o todo das pressuposições oferecidas por uma comunidade; b) de modalidade - valores tidos em uma situação comunicativa; c) do conteúdo proposicional - são as crenças do falante/entendedor.

Por sua vez, Stalnaker (op. cit.) vê o contexto como crenças ou hipóteses do falante, formando um conjunto de pressuposições (=crença no conhecimen-

to compartilhado) que o definem. Nessa definição, prevalece a relação entre falante e proposição. Sobre isso, Caffi (1998) comenta que a pressuposição, na abordagem de Stalnaker, não é uma relação entre enunciações. Na opinião de Caffi, as pressuposições pragmáticas são causadas pela declaração e pelo ato do discurso relacionados com o conhecimento enciclopédico. No seu modo de entender, a pressuposição pode ser definida como uma “ménage à trois” (falante/estrutura/destinatário = acordo entre falantes).

Conclusão

Excluídas as diferenças de enfoque, podemos dizer que há um ponto comum fundamental entre os três autores no modo de ver contexto. Entre Parret e Stalnaker, ao admitirem as crenças do falante. No entanto, não se pode perder de vista que, para Stalnaker, as crenças a partir do conhecimento comum como pressuposições é que definem um contexto lingüístico, enquanto, para Parret, as crenças fazem parte do conteúdo proposicional, no processo de entendimento. No modelo seqüencial discursivo utilizado por Quasthoff, o contexto é o conjunto das relevâncias condicionais operantes na seqüencialidade discursiva, a partir da estrutura e da função discursiva, somente se estabelecendo o contexto, quando os participantes de uma interação chegam a uma conclusão comum.

Essa revisão leva à compreensão de que, para existir crença do locutor, do locutor/interlocutor, ou para que eles cheguem a uma mesma conclusão, sempre haverá necessidade de um conhecimento como suporte, para que se realize a comunicação. Assim, podemos considerar que o ponto comum se estabelece, nos três modos de ver contexto, através da idéia implícita de necessidade de um conhecimento supostamente compartilhado entre interlocutores.

O conhecimento compartilhado, definido como conjunto de pressuposições são informações a serem consideradas na produção/interpretação do enunciado. Essas informações podem ser classificadas como sendo mais gerais (enciclopédicas), dizendo respeito àquilo que assimilamos de mais geral sobre o mundo, envolvendo inferência sobre os fatos, processos e re-

ferências sobre indivíduos e objetos; e as mais específicas, significando o que assimilamos dos aspectos sócio-culturais de uma comunidade. Esses conhecimentos construídos e reconstruídos indefinidamente compõem nossa memória e permitem a interação necessária.

Concluimos, portanto, que os conhecimentos supostamente compartilhados podem ser assumidos como um contexto na produção/entendimento na comunicação, formado por um conjunto de experiências mais gerais e mais específicas, representadas por um conjunto de proposições que locutor/interlocutor têm como fundamental para a construção e a compreensão do enunciado.

Para exemplificar nosso entendimento sobre o conhecimento mútuo, consideremos a seguinte situação: A e B estão comentando sobre um assalto seguido de morte. Então, A diz ironicamente: *Ah! Mas é uma criança, matou porque só tem 17 anos.*

Entendemos que para efetivar esse enunciado conforme sua intenção, o locutor precisou resgatar um conhecimento mais geral como o *conceito de criança*, por exemplo; precisou, também, considerar o que acreditava compartilhado com seu interlocutor como: *o fato de que ter 17 anos não significa ser uma criança; que a lei brasileira protege o adolescente nessa faixa etária*, entre outros. Esses conhecimentos permitiram, portanto, a concretização do enunciado de modo que traduzisse as crenças e hipóteses do locutor.

Assim, ao considerarem contexto como um conjunto de pressuposições que abarca fatores como cultura, crença, língua etc. comum entre interlocutores, os autores estão admitindo tanto o conhecimento geral de mundo como o conhecimento que envolve a situação interativa imediata. Desse modo o que é considerado como comum entre interlocutores não pode ser restringido a um *a priori* lingüístico, mas visto como um resultado do movimento interativo que permite locutor e interlocutor construir sentidos.

REFERÊNCIAS

1. CAFFI, C. Presupposition Pragmatic. In: Mey, J. L. **Concise encyclopedia of pragmatics**. Amsterdam: Elsevier, 1998. p. 751-758.
2. DAHLET, P. Dialogização Enunciativa e Paisagens do sujeito

- In: Brait, B. Bakhtin. **Dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 1997. p. 59-84.
3. DUCROT, O. **Dizer e não dizer princípios de semântica lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977. [original do francês 1972].
4. _____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
5. GIBBS, R.W. Mutual Knowledge and Psychology of Conversational Inference. **Journal of Pragmatics**. Amsterdam. n.11, p. 561-588, 1987.
6. GREEN, G. Ambiguity resolution and discourse interpretation. In: van Deemter, K. & Peters, S. (eds). **Semantic ambiguity and underspecification**. Stanford, CSLI Publications.
7. GRICE. H.P. Logic and Conversation. In: Cole, P. Morgan J. L. **Sintaxe and semantics 3: Speech Acts**. New York: Academic Press, 1975.
8. JUCKER, A H. Semantics and Pragmatics. In: Mey, J. L. **Concise encyclopedia of pragmatics**. Amesterdam: Elsevier, 1998. p. 830-831.
9. KERBRAT-ORECHIONI, C. **L'Implicite**. Paris: Armand Colin, 1986.
10. KLEIBER, G. Contexte, où es-tu?. **Revue de Sémantique et Pragmatic**. n.1, p. 65-79, 1998.
11. LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge Press, 1983.
12. MEY, J. L. Poet and Peasant. A pragmatic comedy in five acts. **Journal of Prgamatics**, 11.3, p. 281-297, 1987.
13. _____. Pragmatics. In: Mey, J. L. **Concise encyclopedia of pragmatics**. Amsterdam: Elsevier, 1998. p. 717-737.
14. MOURA, H. M. M. **Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática**. Florianópolis: Insular, 1999.
15. PARRET, H. Pragmatics. In: Sebeok T. A. **Encyclopedia dictionary of semiotics**. Amsterdam, 1986.
16. QUASTHOFF, U. M. Context . In: Mey, J.L. **Concise encyclopedia of pragmatics**. Amsterdam: Elsevier, 1998.
17. STALNAKER, R. Pragmatic Presuppositions. In: Munitz, M. K. & Unger, P. K. **Semantics and philosophy**. New York: New York Press, 1974.
18. WILSON, D. & SPERBER, D. **Remarques sur l'interpretacion de enoncés selon Paul Grice**. Communication, n. 30, 1980.